

Por
Monica Rabello de Castro

Abrimos essa edição com o artigo de **Catherine Garnier**, “A construção de uma teoria: as representações sociais”. O artigo busca examinar se existe coerência entre as diversas abordagens da Teoria das Representações Sociais, seus enunciados e as tomadas de posição iniciais das teorizações. Analisa conceitos norteadores que caracterizam os posicionamentos epistemológicos para apresentar algumas pistas para a resposta. Mostra certa articulação entre as propostas fundadoras, os conceitos fundamentais sobre os quais se desenvolve a teoria, assim como o papel central que aí desempenha o conceito de construção social. Explora numerosos textos de referência e sugere que as diferentes abordagens expressam seu compromisso com esses fundamentos e, mais facilmente, com o da construção social do que com aquele que concerne a relação com o real.

Em seguida, o artigo de **Júlio Flávio de Figueiredo Fernandes, Edson Nascimento Campos e Mauro Giffoni de Carvalho**, “Um olhar epistemológico para o signo em Bakhtin e Vigotski: contribuição para a pesquisa contemporânea da Linguagem na Educação”, oferece elementos para melhor entendimento da função do signo na constituição dos fundamentos epistemológicos do trabalho de Vigotski e Bakhtin. Os autores fazem uma reflexão sobre o trabalho desses dois autores para o campo da Educação, de modo a orientar a compreensão dos processos educativos pelo ponto de vista da formação humana.

No terceiro artigo, “As neurociências e a leitura: proposta Scliar de alfabetização”, **Lidiomar José Mascarello e Miriam Maia de Araújo Pereira** apresentam resultados de uma pesquisa sobre a aplicação da Proposta Scliar de Alfabetização, cujo objetivo era contribuir para a redução do analfabetismo e do analfabetismo funcional, tendo como base epistemológica as neurociências. Analisam as principais dificuldades enfrentadas pelo alfabetizando durante o processo de aprendizagem de leitura e escrita. Mostram que os resultados obtidos no aprendizado da leitura das crianças da turma que usou a metodologia foram superiores aos da turma controle e, com isso, concluem que uma metodologia adequada, material bem elaborado em consonância com uma formação consistente do alfabetizador pode mudar o quadro atual da alfabetização no Brasil.

O artigo seguinte, de **Jonilson Costa Correia e Lélia Cristina Silveira de Moraes**, “Reflexões sobre a formação dos professores do curso de hotelaria da universidade federal do Maranhão e os saberes da docência”, apresenta reflexões sobre os saberes constitutivos da formação dos professores, analisando os diversos determinantes desse fenômeno. Chegam à conclusão de que o professor durante o exercício da docência busca referências em seus antigos docentes e na sua experiência como aluno. Além disso, concluem que o professor jamais se forma sozinho, pois a construção do conhecimento tem relação com sua prática, proveniente de fontes variadas e, provavelmente, de naturezas diferentes.

Em seguida, o artigo de **Stela Miller**, “Educação prisional no estado de São Paulo: passado, presente e futuro”, apresenta resultados de uma pesquisa que

analisou as diretrizes para educação nos estabelecimentos penais no Estado de São Paulo. Concluiu que o sistema prisional paulista não tem conseguido estruturar um programa educacional que forneça aos detentos a formação de que necessitam. Sugere que a implementação de um sistema de escola virtual nos presídios paulistas, tal como está proposto, dificilmente dará conta de atender a toda a população carcerária, nem disponibilizará recursos humanos convenientemente formados e preparados para orientar a atividade do educando.

O artigo “Desafios educacionais na modernidade líquida: cotidiano, medo e indisciplina”, de **Eliete Jussara Nogueira** e **Maria Lúcia de Amorim** Soares, apresentam uma pesquisa exploratória centrada na presença do medo no cotidiano das escolas, que enfrentam grave crise de indisciplina. Sugerem que a formação de professores deva fortalecer o professor como interprete e autor, ao invés de dono da verdade, ainda existente no campo educacional.

No artigo seguinte, “Educação em Direitos Humanos no ensino superior: reflexões a partir de uma experiência pedagógica na graduação em Psicologia”, **Flávia Lemos Abade** e **Maria Lúcia Miranda Afonso** apresentam uma experiência pedagógica em um curso de graduação em Psicologia, buscando discutir suas possíveis contribuições para o desenvolvimento da Educação em Direitos Humanos no ensino superior. As autoras analisam a questão da Educação em Direitos Humanos no ensino superior e refletem sobre a sua relevância na formação em Psicologia.

Fábio Tadeu Reina discute, em “A eternização da dominação masculina na trajetória de vida de bailarinos e jogadoras de futebol e a prática pedagógica no interior da escola”, a dominação masculina que se instaurou na trajetória de vida de meninos que praticam balé clássico e de meninas que jogam futebol. Revela como a escola, por meio de juízos de valores e sanções e da disciplina de Educação Física, perpetua e constrói as identidades de gênero e motiva a violência simbólica verificada e fundamentada nas suas trajetórias de vida.

No artigo “As diferenças entre o dito e o percebido nas políticas de juventude do governo Lula: caso ProUni e ProJovem original em Pernambuco”, **Ruy de Deus Mello Neto** e **Mariana Lins de Oliveira** investigam, a partir de uma comparação entre o discurso oficial das atuais “políticas de inclusão de jovens” e a representação que os jovens contemplados dão para as ações vivenciadas no interior do ProUni e do ProJovem, como tais programas se materializam concretamente. Concluem que há certa incorporação do discurso oficial das políticas, contudo, com variações nas percepções da noção de juventude, inclusão e de inclusão educacional.

Hilda Silva e **Ricardo Ribeiro** em “A difícil expansão do acesso real ao Ensino Médio no Brasil” refletem sobre a atual situação do acesso ao ensino médio público em nosso país. Buscam essa compreensão a partir da reflexão sobre a trajetória histórica da educação básica, com especial enfoque na expansão da oferta de educação regular. Seu foco é apreender os avanços e permanências ocorridos ao longo da História da Educação no Brasil em relação à ampliação do acesso à educação básica, com especial atenção ao Ensino Médio.

O artigo “Articulações entre representações sociais e subjetividade: um estudo sobre a produção nacional entre 2000 e 2010” de **Helenice Maia Gonçalves** e **Clariza Prado de Sousa**, apresenta o estado da arte dos estudos nacionais efetuados nos últimos dez anos sobre subjetividade e representações sociais, com preocupação de buscar elementos para a construção de uma análise sobre subjetividade e representações sociais. As produções analisadas não apresentam discussões aprofundadas sobre os sentidos subjetivos que os sujeitos individuais utilizam para organizar as representações sociais. Essa é, portanto, uma possível evidência da origem de problemas trazidos pela Teoria das Representações Sociais que reduzem sua efetividade na explicação psicossociológica.

Em “Ensino superior: concepções de pedagogia universitária no curso de ciências contábeis”, **Silvana Malusá**, **Geovana Ferreira Melo**, **Gilberto Jose Miranda** e **Durcelina Ereni Pimenta Arruda** identificam e analisam as concepções de pedagogia universitária, presentes nas práticas dos docentes e nos documentos de regulação desses cursos. Apresentam um recorte investigativo teórico sobre as concepções pedagógicas, formação e saberes do docente formado e atuante em Ciências Contábeis. Os resultados apurados demonstram que os docentes são formados, quase exclusivamente, pelos saberes experienciais e as dimensões práticas e técnico-científicas são consideradas as mais importantes no processo de ensino e aprendizagem.

O artigo “Projetos de trabalho na educação: para quê? Para quem?”, de **Maria Cristina Floriano Bigeli** faz uma revisão bibliográfica acerca da utilização de projetos, como uma forma de ensino e aprendizagem alternativa ao currículo escolar considerado “tradicional”. Discute algumas concepções sobre a formação do currículo, para, em seguida, conceituar o que são os projetos de trabalho e alguns apontamentos sobre o que não pode ser considerado um projeto de trabalho.

Essa edição se encerra com o artigo de **Luiz Alexandre da Silva Rosado** e **Tatiane Marques de Oliveira Martins**, “Redes sociais na internet e visões polarizadas de pais de alunos”, analisa o modo como os pais estão se relacionando com os filhos a partir dos usos sociais e recreativos de websites, para compreender algumas das consequências trazidas pelas redes sociais online para o ambiente educacional. Na pesquisa, os autores observam as respostas através das qualidades atribuídas pelos próprios respondentes, o que confere uma diferença curiosa aos seus resultados.

Por fim, convidamos os colegas pesquisadores a contribuir com nossas próximas edições. Informamos que faremos um número extra, a ser publicado em agosto próximo, com o TEMA “Estudos Contemporâneos sobre Ética e Retórica na Educação”. Nosso número de outubro não será temático e ainda aceitamos contribuições até dia 30 de maio.

Boa leitura!